PLANO DE ENSINO

FDCON

DISCIPLINA: Direito Internacional Público (organizações e solução de litígios internacionais)

TURNO: M/N	PERÍODO: 8º	C.H.60

PROFESSOR:

I – IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

II – Ementa

Aspectos preliminares. Relações entre o sistema interno e externo de Direito. A sociedade internacional. O Estado. Organizações Internacionais: universais e regionais. Compromissos Internacionais. Domínio marítimo. Solução dos litígios internacionais. Sistemas internacional e americano de Direitos Humanos e sua observância no Brasil.

III – Objetivos da Disciplina

Objetivo Geral:
Demonstrar a unidade do sistema jurídico, de modo a explicitar seu papel social, e construir uma visão inter e multidisciplinar, capaz de fomentar os arranjos entre sociedade e Estado, propiciando ao estudante de direito a compreensão do papel que cabe ao jurista desempenhar.
Desse modo, a disciplina se insere no projeto pedagógico da FDCON de construir uma visão social da realidade, articulando teoria e práxis, que tenha o homem como sujeito das transformações sociais.
Objetivos Específicos:
- Introduzir noções básicas de Direito Internacional Público
- Possibilitar o reconhecimento do Direito Internacional Público como disciplina autônoma
- Compreender as relações entre os sistemas interno e internacional de Direito
- Compreender a sociedade internacional
- Analisar os elementos de Estado e compreender as características da soberania
- Conceituar Organizações Internacionais
- Apresentar as principais Organizações Internacionais universais e regionais
- Possibilitar o reconhecimento dos diversos compromissos internacionais
- Introduzir a noção de domínio marítimo
- Compreender as formas de solução dos litígios internacionais.

PLANO DE ENSINO

FDCON

IV – Habilidades

- Ler, compreender textos relativos ao conteúdo de Direito Internacional Público;
- Interpretar textos normativos (tratados, decisões judiciais da CIJ e das Cortes regionais, doutrina) relativos à disciplina de Direito Internacional Público;
- Reconhecer a terminologia jurídica e da Ciência do Direito Internacional Público;
- Identificar situações jurídicas conflitantes na sociedade;
- Dominar tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito Internacional Público

V – Competências

- Elaborar textos, atos e documentos com conteúdo jurídico relacionado à disciplina de Direito Internacional Público;
- Pesquisar, identificar e aplicar os textos normativos de Direito Internacional Público à situações concretas;
- Aplicar a correta terminologia jurídica e da Ciência do Direito;
- Utilizar raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica para criar posicionamentos jurídicos.

VI – Descrição do Conteúdo

Unidade I – INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
1. Características do Direito Internacional
2. Conceito e delimitação
3. Desenvolvimento histórico
i. Desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos
4. Importância do Direito Internacional

Unidade II – FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL
1. Análise do art. 38 do ECIJ
1.2 Costumes
1.3 Tratados
1.4 Princípios Gerais do Direito
1.5 Jurisprudência
1.6 O papel da doutrina no Direito Internacional
1.7 Equidade
1.8 Outras possíveis fontes do Direito Internacional
2. Hierarquia das fontes e jus cogens

Unidade III – PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO INTERNACIONAL
1. Sujeitos de Direito Internacional
1.1 Estados
1.1.1 Conceito e elementos do Estado
1.2 Organizações Internacionais de Direito Público: universais e regionais
1.3 O indivíduo como sujeito de Direito Internacional
1.4 Outros

Unidade IV – DIREITO DOS TRATADOS
1. Conceito
2. Principais instrumentos
3. Princípios
4. Conclusão e entrada em vigor de tratados
5. Reservas
6. Observância, aplicação e interpretação de tratados
7. Ementa e modificação de tratados
8. Nulidade, extinção e suspensão da execução de tratados

Unidade V – RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO
1. Teorias monista e dualista
2. Os tratados no Direito (interno) brasileiro
3. Prática brasileira

Unidade VI – TÓPICOS DE DIREITO INTERNACIONAL
1. Solução dos litígios internacionais
2. Tribunais Internacionais e Regionais (incluindo Tribunais Penais ad hoc)
3. Relações Diplomáticas e Consulares
4. Universalismo e Relativismo Cultural
5. Proteção Internacional dos Direitos Humanos
6. Desenvolvimento Sustentável e a proteção internacional do Meio Ambiente

VII – Procedimentos Didáticos

Aula expositiva e dialogada, com debates e discussões sobre os conteúdos ministrados, bem como, estudos de casos reais ou criados pela professora, procurando-se testar a consistência dos conceitos e formulações à luz do ordenamento jurídico, dos anseios sociais e das teorias, tanto do direito quanto das demais ciências.
A disciplina procurará fomentar uma visão plural da sociedade e do fenômeno jurídico, de modo que a didática utilizada fomente a compreensão do discente como ser autônomo.
Além desses procedimentos didático-pedagógicos e, visando atender as Portarias MEC nº 343/2020 e nº 544/2020, bem como o Parecer CNE/CP nº 11/2020, as aulas terão as seguintes configurações:
1º Anteriormente ministradas presencialmente, passarão a ser ministradas, na modalidade remota ao vivo pela plataforma "Zoom", no mesmo dia e horário da aula presencial, através das tecnologias de informação e comunicação, com a utilização de ferramentas síncronas (via transmissão online – Webconferências, chats, seminários e debates online, que acontecem em horário previamente agendado) com aula mediada pelo professor, e as ferramentas assíncronas (são aquelas consideradas desconectadas do momento real e/ou atual) como materiais disponíveis e acessíveis no sistema de acesso dos alunos.
2º Todas as atividades estarão disponíveis através de links disponíveis no Portal do Aluno TOTVS, que poderá ser acessadas pelos estudantes a qualquer hora, tais como: material de aula na Plataforma Prezi, testes, tarefas, listas de exercícios, e-mail, arquivos de conteúdo, vídeos, gravação das aulas. Será utilizada uma combinação entre ferramentas síncronas e assíncronas para oferecer uma boa experiência de ensino, permitindo doses certas de interatividade e autonomia do protagonismo dos nossos estudantes.
3º As atividades práticas supervisionadas seguem as regras da Portaria MEC nº 544/2020, conforme Ofício e planilhas encaminhados pela FDCON ao MEC.
4º Durante todo o semestre serão aplicadas Metodologias Ativas, possibilitando ao aluno desenvolver habilidades e competências previstas na DNC e no PPC do curso utilizando:
4.1) A aprendizagem entre pares e times, com formação de equipes dentro de determinada turma para que o aprendizado seja feito em conjunto e haja compartilhamento de ideias;
4.2) Aprendizagem baseada em problemas, construindo o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos, possibilitando exposição a situações motivadoras, preparando o discente para o mundo do trabalho;
4.3) Aprendizagem baseada em projetos: fazer com que os alunos adquiram conhecimento por meio da solução colaborativa de desafios.

PLANO DE ENSINO

FDCON

VIII – Recursos/ Materiais/ Locais

A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, com a utilização de Lousa Digital, datashow, retroprojetor, utilização do acervo Bibliográfico digital e físico da instituição, cujo aparato tecnológico propiciará aulas dinâmicas, com metodologias ativas, que fazem do aluno protagonista de seu aprendizado, além de apresentações orais por meio de microfone, bem como visitas técnicas para complemento das atividades em sala.

IX – Avaliação

O discente será avaliado com base na distribuição de 100 (cem) pontos, consistente na aplicação de 4 avaliações, sendo: 1ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões objetivas, padrão OAB 1ª Fase, e 4 discursivas, padrão OAB 2ª Fase; 2ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões discursivas, padrão ENADE; Trabalho Teórico-Prático: 10 (dez) pontos, cuja realização será feita em equipe, ficando todos os integrantes responsáveis pela análise de um processo real, a ser disponibilizada por cada professor, devendo, todos os integrantes da respectiva equipe produzirem texto escrito, com valor de 5 (cinco) pontos, referente à pesquisa feita do processo real, além de realizarem apresentação Oral análise do processo, com valor de 5 (cinco) pontos; e Avaliação Final: 30 (trinta) pontos, cuja prova reunirá 10 questões de cada disciplinas dogmáticas do período e deverá ter como base as questões objetivas da 1ª fase do Exame de Ordem (OAB).

X – Bibliografia

Básica

- GUERRA, Sidney **Curso de direito internacional público.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019
- SILVA, G. E. D. N. E.; ACCIOLY, H.; CASELLA, P. B. **Manual de direito internacional público.** 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2019
- VARELLA, Marcelo, D. **Direito internacional público.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018

Complementar

- CAMPOS, D. D. S. A. **Direito Internacional.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018
- NEVES, G. B. **COLEÇÃO OAB NACIONAL 1ª FASE - DIREITO INTERNACIONAL.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015
- REZEK, J. F. **Direito Internacional Público - Parte II.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018
- SILVA, G. E. D. N. E.; ACCIOLY, H.; CASELLA, P. B. **Manual de direito internacional público.** 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2019
- TEIXEIRA, C. N. **Manual de Direito Internacional Público e Privado.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020